

ALFORRIAS EM RIO DE CONTAS-BAHIA (1800-1850)

Kátia Lorena Novais Almeida – PPG-UFBA
katialorena@lognet.com.br

Esta comunicação pretende fazer uma reflexão sobre a prática de alforria na comarca de Rio de Contas, sertão da Bahia, no período de 1800 a 1850, especificamente das variáveis origem e gênero, fundamentas em 873 cartas de liberdade, comparando esta prática com outras regiões da Bahia e do Brasil.

A região

A comarca de Rio de Contas foi uma importante área mineradora da Capitania da Bahia nos séculos XVIII, e uma região de relevante concentração de população escrava nesse e no século XIX.¹ A vila de Minas do Rio de Contas, atual município de Rio de Contas, situava-se na região outrora denominada Alto Sertão da Bahia, hoje parte da Chapada Diamantina. O seu desenvolvimento econômico se deu a partir da exploração aurífera, no decorrer do século XVIII. Aventureiros e exploradores, apesar das proibições da Coroa Portuguesa, iniciaram a garimpagem do ouro e transformaram as Minas do Rio de Contas em importante centro de circulação e distribuição de mercadorias no Alto Sertão.²

O declínio da mineração em larga escala, devido à escassez do ouro aluvionário, a partir do final do século XVIII, provocou uma diversificação econômica na região. Voltando-se para a agricultura, não só de subsistência, mas de produtos como o algodão que era exportado, para a pecuária e o artesanato, a comarca continuou exercendo um

¹Erivaldo Fagundes Neves, *Uma comunidade sertaneja: da sesmaria ao minifúndio*, Salvador/Feira de Santana, Edufba/Eduefs, 1998 pp. 247-290; Maria de Fátima Novais Pires, *O crime na cor: a experiência escrava no alto sertão da Bahia: Rio de Contas e Caetitê*, São Paulo, Annablume, 2003, pp 11-100; Albertina Vasconcelos, "Ouro: conquistas, tensões, poder, mineração e escravidão – Bahia do século XVIII" (Dissertação de Mestrado, UNICAMP-IFCH, 1998), pp. 228-246.

² Neves, *Uma comunidade sertaneja...*, pp. 85-164; Vasconcelos, "Ouro: conquistas...", pp.119-137.

papel importante no comércio intra-regional, que tinha nas tropas de mulas seu principal veículo de integração. Entretanto, o ouro ainda era extraído na região, e apesar da crítica feita pelos viajantes bávaros Spix e Martius, ao afirmarem que o nobre metal ainda produziria lucros para o mineiro se ele o soubesse explorar devidamente, a sua população tinha consciência de que faltava investimento em mão de obra especializada, como atesta a correspondência de 06 de junho de 1834 da Câmara de Vereadores que solicitava ao governo da Província da Bahia que intercedesse junto ao governo central para a criação de uma cadeira de mineralogia, a exemplo de Minas Gerais, para que suas riquezas auríferas pudessem ser exploradas a contento.³

O trabalho realizado na agricultura e pecuária, bem como na produção de manufaturas, era feito por pequeno número de escravos, administrados pelos próprios senhores.⁴ Em função da atividade produtiva desenvolvida na região, a ocupação desses escravos era, sobretudo os serviços de roça, mas também cuidavam do gado, exercendo a atividade de vaqueiro, garimpeiro, ferreiro, sapateiro, alfaiate, tropeiro e músico, o que revela a dinâmica econômica daquela região.⁵ Este cenário de pequena posse em escravos proporcionava uma convivência mais próxima entre os senhores e seus cativos que ultrapassava os limites do trabalho, penetrando na intimidade do convívio doméstico, favorecendo laços de dependência e afetividade. Isso, contudo, não amenizava os dissabores da escravidão, mas talvez tenha favorecido a negociação direta para a almejada liberdade.⁶

Alforrias em Rio de Contas

³ Joahnn B. Spix & Friederich F. P. von Martius, *Viagem pelo Brasil, 1817-1820*, Belo Horizonte/ São Paulo, Itatiaia, EDUSP, 1981, p. 126; Arquivo Público Estado da Bahia, maço 1354, correspondência recebida da Câmara de Minas do Rio de Contas, 1824 - 1838.

⁴ Licurgo Santos Filho, *Uma comunidade rural do Brasil antigo: aspectos da vida patriarcal no sertão da Bahia nos séculos XVIII e XIX*, São Paulo, Companhia Ed. Nacional, 1956, *passim*, AMRC, inventários *post-mortem*

⁵ Arquivo Municipal Rio de Contas, Inventários *post mortem* 1800-1850; Livros notas tabelionato nº 21 a 41; Santos Filho, *Uma comunidade rural...*p. 123-124.

⁶Neves, *Uma comunidade sertaneja*, pp. 247-296; Vasconcelos, "Ouro: conquistas...", pp.287-288.

As cartas de alforria constituíram a documentação central a partir da qual se procurou recompor alguns aspectos da prática de liberdade em Rio de Contas. Essa documentação nos fornece os seguintes dados: nome do senhor e do escravo, cor e origem desse, as motivações do senhor, o modo de concessão - gratuito ou oneroso, e neste caso, o valor do escravo, a forma de pagamento, e se a alforria era condicional ou não. A idade e a ocupação dos escravos aparecem muito raramente. Com frequência, as cartas aparecem com duas datas distintas, a da concessão e a do registro do documento em cartório. Vale salientar que o registro da carta de alforria em Rio de Contas era feito nos livros de notas por iniciativa do senhor e não a pedido do escravo.⁷ Os registros de alforria, por outro lado, não fornecem dados sobre a residência dos escravos, mas declara, em 27,6% das cartas processadas, a vila de Rio de Contas como local de registro da alforria, sendo o restante disperso em arraiais, sítios, roças e povoados.

Neste artigo abordaremos a prática de alforria sob a perspectiva das variáveis origem e gênero. Na primeira metade do século XIX, os cativos nascidos no Brasil beneficiaram-se das alforrias com uma larga vantagem em relação aos africanos. A tabela 1 indica que, na comarca de Rio de Contas entre os anos de 1800-1850, para cada 527 forros nascidos no Brasil eram alforriados 100 africanos. A análise da população cativa demonstra que para cada 298 cativos crioulos havia 100 africanos. Assim como em outras regiões do país, havia nesta comarca uma tendência maior das alforrias beneficiarem os cativos nascidos no Brasil, pois o nascer e se socializar na escravidão aproximavam-nos mais dos senhores do que os cativos africanos que tinham referenciais culturais diferentes. Contudo, o acesso às alforrias nesta comarca também foi influenciado pelo grau de participação demográfica dos escravos nascidos no Brasil, como também demonstra a tabela 1.

⁷ Em São Paulo muitos escravos procuraram os cartórios para registrar suas alforrias. Ver Enidelce Bertin, *Alforrias na São Paulo do século XIX: liberdade e dominação*, São Paulo, Humanitas/FFLCH/USP, 2004, p. 74.

A composição da população cativa que emerge da análise dos inventários *post mortem* naquela comarca indica um baixo percentual de cativos de origem africana e uma alta taxa de crioulos, a exemplo do Recôncavo baiano.⁸ Em um contexto de abertura do tráfico, a proporção de escravos de origem africana, na ordem de 23,4%, conforme a tabela 1, aponta um claro sinal da pouca participação dessa comarca no comércio negreiro, e de um processo de crioulização demográfica já em curso antes do fim do tráfico. Contudo, não podemos dizer que os crioulos sempre constituíram maioria da população cativa na região, pois no século XVIII, no auge da produção aurífera, os escravos de origem africana eram maioria.⁹ A crise do ouro aluvionário, e a diversificação econômica pela qual passava a região parece ter redefinido o seu cenário étnico. A agricultura, principalmente de subsistência, e a pecuária passaram a ser a principal fonte de renda, e ao que parece o lucro daí auferido não era mais compatível com aqueles da produção aurífera em grande escala, o que talvez impossibilitasse os senhores de renovar suas escravarias com cativos oriundos da África.

Tabela 1
Origem dos alforriados e da população cativa de Rio de Contas no período de 1800-1850

	População alforriada (1800-1850)						População cativa (1800-1850)					
	Homens		Mulheres		Total		Homens		Mulheres		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Africanos	70	19,7	58	11,2	128	14,7	241	28,2	103	16,7	344	23,4
Brasileiros	261	73,3	414	80,1	675	77,3	556	65,2	472	76,6	1028	70,0
Ignorada	25	7,0	45	8,7	70	8,0	56	6,6	41	6,7	97	6,6
Total	356	100	517	100	873	100	853	100	616	100	1469	100

Fonte: Arquivo Municipal Rio de Contas, Livro notas tabelião, e inventários *pos-mortem*.

A análise de cento e sessenta e um inventários de Rio de Contas indica uma média de nove escravos por senhor, na primeira metade do século XIX. A escravaria era,

⁸ Ver Bert Barickman, *Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003, pp. 259 a 264; Luis Nicolau Parés, "O processo de crioulização no Recôncavo Baiano (1750-1800)", manuscrito 13/03/2003, p.19.

⁹ Vasconcelos, "Ouro, conquistas, tensões, poder...", p. 270-275.

portanto, pequena se comparada às existentes nos engenhos e fazendas de cana do Recôncavo baiano, mas era compatível com o número médio de escravos das fazendas e sítios de fumo e mandioca também desta região. São raros os registros de senhores sertanejos detentores de numerosa escravaria.¹⁰ Por outro lado, o cultivo de produtos de subsistência empregava menos escravos, talvez empregando mão de obra mais barata.¹¹ Um outro aspecto a ser considerado é a formação da família escrava na região. Os inventários pesquisados registram o percentual de 12,6% de escravos casados, mas as possibilidades de organização familiar iam além do casamento, como as uniões consensuais e os relacionamentos fortuitos. Assim, era mais proveitoso incentivar a reprodução natural do que adquirir cativos de origem africana no mercado de Salvador. Os senhores sertanejos, à semelhança dos lavradores de fumo do Recôncavo baiano, não dependiam essencialmente do tráfico negreiro para garantir a força de trabalho em suas fazendas na primeira metade do século XIX.¹² Desta forma, a criouliização da população cativa em Rio de Contas estava em curso antes da extinção do tráfico atlântico em 1850, em consequência da dinâmica econômica da região.

Os padrões das alforrias verificados para a cidade de Salvador, no período de 1779 a 1850, pela historiadora Kátia Mattoso diferem do apresentado acima. Sua pesquisa constata um certo equilíbrio no percentual de alforrias entre os cativos de origem africana e os nascidos no Brasil. As diferenças apuradas foram somente para os biênios 1809-1810, com uma elevação em favor dos crioulos, e 1829-1830 quando a alforria pendeu para os cativos de origem africana, que superavam os nascidos no Brasil devido às contínuas importações.¹³ Ainda para Salvador, nas três primeiras décadas do século XIX, Mieko Nishida constata que, apesar dos cativos africanos ali residentes

¹⁰ Do universo de 161 inventários *post mortem* apenas um proprietário possuía 156 escravos.

¹¹ Barickman, *Um contraponto baiano...p.* 255

¹² Barickman, *Um contraponto baiano...*, pp. 237-251.

¹³ Kátia de Queiroz Mattoso, "A propósito de cartas de alforria", in: *Anais de História*, Assis, nº 4, 1972, pp.37-38 e 40-42.

superarem numericamente os nascidos no Brasil na razão de 2:1, houve um maior número de alforriados entre os nascidos no Brasil. Entretanto, esta tendência inverte-se no período de 1831-1852 quando constata que um maior número de africanos obteve a sua alforria mediante a autocompra.¹⁴ A análise por década também demonstra que, em Rio de Contas por todo o período de 1800-1850, os cativos nascidos no Brasil superaram os de origem africana, mesmo antes da proibição do tráfico em 1831.

A preferência pelos crioulos não foi uma prerrogativa dos senhores do sertão da Bahia. Andréa Gonçalves, estudando a prática de alforria em Ouro Preto --que a exemplo de Rio de Contas foi também uma região mineradora no século XVIII --, chega a resultados semelhantes, isto é, os crioulos foram também os mais beneficiados (70,86%) pela alforria.¹⁵ Uma análise matizada segundo o critério de cor, e de acordo com o peso de cada grupo na população escrava, revela que, na comarca de Rio de Contas, entre os cativos “de cor”, os crioulos representavam 65% e apenas 42% dos forros, o que significa que não foram beneficiados proporcionalmente com a alforria. Os mulatos e cabras que representavam, respectivamente, 10,8% e 19,7% na população cativa foram, proporcionalmente, alforriados com 14,9% e 20%. Já os pardos, foram amplamente beneficiados: eram 2,4% na população e aparecem com mais de 19% dos alforriados.

As razões de masculinidade entre os cativos é um indicador do comportamento demográfico dessa população. O tráfico atlântico importou um maior número de homens em detrimento de mulheres. Assim, enquanto uma determinada sociedade que tinha no trabalho escravo a sua maior força produtiva continuasse a importar cativos, ela continuaria com uma população escrava com uma alta taxa de masculinidade. As sociedades escravistas mineradoras, como a comarca de Rio de Contas no século XVIII,

¹⁴ Mieko Nishida. “As alforrias e o papel da etnia na escravidão urbana: Salvador, Brasil, 1808-1888”, in: *Estudos econômicos*, São Paulo, 23(2), maio-agosto, 1993, pp. 241-242.

¹⁵ Andréa Lisly Gonçalves, “Alforrias na Comarca de Ouro Preto (1808-1870)”, in: *População e Família*, São Paulo, n.3, 2000, pp.165-166.

requeriam um grande número de cativos do sexo masculino, o que explica o alto índice de homens cativos nesta região. Quando essa mesma comarca deixou de participar ativamente do comércio de cativos, a tendência foi a razão de masculinidade na população cativa declinar.¹⁶ Deste modo, com base nos inventários *post mortem*, tabela 1, temos para a primeira metade do século XIX uma razão de masculinidade de 138 homens para cada 100 mulheres.

O processo de crioulização demográfica da população cativa de Rio de Contas, na primeira década do século XIX, não alterou o desequilíbrio na proporção forro/forra. A análise do registro de alforrias por gênero indica que escravos do sexo feminino beneficiaram-se da alforria com uma frequência maior do que os do sexo masculino. As escravas representavam 42% da população cativa e 59,2% da população forra. A análise por origem indica variações importantes: as africanas representavam 30% da população cativa de origem africana e 45% das forras. Por outro lado, a participação das crioulas era de 46% na população cativa de origem brasileira e 61% na população forra. Estes dados indicam que as crioulas foram largamente beneficiadas com a alforria, talvez por exercerem ocupações que proporcionava maior proximidade com seus senhores. Infelizmente, os dados constantes nas cartas de alforria são irregulares no tocante a tais ofícios, o que impossibilita que se mensure se esse era um fator crucial ou não para a aquisição da alforria. Outras possibilidades para o favorecimento das mulheres na competição pela alforria seria a facilidade em estabelecer laços afetivos com seus senhores ou senhoras, ou ainda, o fato de contar com a solidariedade de seus pares para não perpetuar a condição servil a seus filhos, que era determinada pelo estatuto jurídico da mãe.

¹⁶ Douglas Cole Libby, *Transformação e Trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX*, São Paulo, Brasiliense, 1988, pp. 56-63.

A tendência em libertar escravos de sexo feminino em Rio de Contas está também de acordo com o que foi constatado para outras regiões da Bahia e do Brasil. Mattoso, valorizando, sobretudo, o aspecto econômico, atribui a preferência em alforriar mulheres em Salvador à demanda do mercado de trabalho, pois essas tinham um valor inferior ao cativo do sexo masculino, devido à sua menor produtividade. Ainda para Salvador, Nishida considera que havia entre a população forra de origem africana equilíbrio entre ambos os sexos, na razão de 108 mulheres para cada 100 homens, e entre a população forra nascida no Brasil essa proporção era de 157 forras para cada 100 forros, atribuindo esta tendência também a fatores econômicos, como a escassez de mão de obra masculina na agricultura, o que dificultaria o acesso à liberdade por parte desses cativos.¹⁷ Em Ouro Preto, a proporção entre os forros de origem africana foi de 111,8 homens para cada 100 mulheres. Entre os crioulos, essa razão foi de 142 mulheres para cada 100 homens. Para Gonçalves, o processo de criouliização foi um dos elementos a modificar a relação forro/forra para a província de Minas Gerais.¹⁸

Considerações Finais

Na primeira metade do século XIX, em Rio de Contas, a prática de alforria foi mais acessível aos cativos nascidos no Brasil, e, sobretudo às mulheres. Contudo, a tendência em alforriar os crioulos também foi decorrência da criouliização demográfica pela qual passava a população cativa daquela comarca. Por outro lado, se a criouliização demográfica alterou a configuração da população cativa promovendo um certo equilíbrio entre os sexos masculino e feminino, esta tendência não se refletiu nas alforrias. O período analisado revelou um predomínio do registro de alforrias femininas, o que corrobora a tendência detectada para outras regiões.

¹⁷ Mattoso, “A propósito...”, p. 40; Nishida, “As alforrias...”, p. 241-244.

¹⁸ Gonçalves, “As margens da liberdade: estudo sobre a prática de alforrias em minas colonial e provincial”, (Dissertação de Mestrado, USP-FFCHL, 1999), pp. 237-239; Gonçalves, “Alforrias na Comarca..”, pp. 166 e 172.